QUESTÃO SOCIAL, QUESTÃO RACIAL E APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19

Camila Costa Fontes[1]

Daniel Oliveira de Almeida[2]

Kimberlly Mayana Serejo Rodrigues[3]

Stefany Pereira Sodré[4]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir acerca das questões sociais, questões raciais e o aprofundamento da desigualdade em tempo de pandemia do novo coronavírus, buscando apresentar uma análise crítica da situação enfrentada pela população brasileira durante a atual crise sanitária, e especificando a realidade da população negra, submetida a condições precárias por este modelo de produção capitalista e que, na conjuntura atual de pandemia da COVID-19, é intensificada.

Palavra-chave: Questão social. Pandemia de COVID-19. População negra.

ABSTRACT

This article aims to discuss social issues, racial issues and the deepening of inequality during the new coronavirus pandemic, seeking to present a critical analysis of the situation faced by the Brazilian population during the current health crisis, and specifying the reality of the black population, subjected to precarious conditions by this model of capitalist production and which, in the current situation of the covid-19 pandemic, is intensified.

Keywords: Social issues. Pandemic of COVID-19. Black population.

1 Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão – E-mail: camila.fonte@discente.ufma.br

2 Graduando do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão – E-mail: daniel.oa@discente.ufma.br

3 Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão – E-mail: kimberlly.serejo@discente.ufma.br

4 Graduanda do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão – E-mail: stefany.sodre@discente.ufma.br

1 INTRODUÇÃO

A humanidade desde 2020 enfrenta a pandemia da COVID-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que até a redação deste artigo já ceifou 4,15 milhões de vidas no mundo. No Brasil, o número de mortos atingiu mais de 579 mil. Ademais, a humanidade já viveu outras pandemias, a mais recente foi a gripe espanhola, que ocorreu entre 1918 e 1919 e abateu 5% da humanidade na época e, no Brasil, foram 35 mil vidas. Uma das diferenças da pandemia atual para o contexto da gripe espanhola, é que com o avanço técnico e científico na atualidade, as vacinas foram descobertas num espaço de tempo relativamente curto: AstraZeneca, Pfizer, Coronavac, Jansen, Moderna, Sputinik são alguns imunizantes produzidos pela indústria farmacêutica para a COVID-19.

A humanidade comemorou a descoberta das vacinas. Entretanto, esse momento revelou também a face perversa do capitalismo em sua época imperialista contemporânea: os países ricos (EUA, França, Reino Unido, Rússia, China, Japão), já vacinaram mais de 70% de suas populações, entre os países que mais vacinaram no ranking mundial estão: Emirados Árabes Unidos, Portugal, Catar, Singapura, Espanha, China, Uruguai, Dinamarca, Chile e Irlanda, enquanto os países mais pobres ainda não conseguiram imunizar nem os grupos mais vulneráveis e com comorbidades, como Egito e Iraque, que perderam respectivamente 16,721% e 20,699% e vacinaram apenas 3,1% e 1,3% de sua população. O problema é que, ao não imunizar homogeneamente os seres humanos, ao não tratar a vacina como uma necessidade e não um privilégio, o grande número de pessoas não imunizadas favorece a mutação do vírus, fazendo com que surjam variantes e possibilidade de novas ondas de COVID-19, inclusive comprometendo a eficácia dos imunizantes já descobertos.

A pandemia desafia a compreensão dos cientistas, incluindo aí os cientistas sociais. É correta a compreensão de que o vírus é democrático, ou seja, atinge igualmente a todos, independentemente de cor, gênero, classe, etc.? O presente artigo busca realizar uma análise crítica acerca da questão social no Brasil no contexto da pandemia, destacando a condição da população negra.

2 PAUPERISMO E PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Nas últimas décadas, a sociedade brasileira já vinha enfrentando o aprofundamento da questão social em consequência do avanço do neoliberalismo e do aprofundamento da crise internacional do capitalismo que refletiu dramaticamente no país. A reforma do Estado, reestruturação produtiva, baixa nos preços das *commodities*, aplicação de uma pauta regressiva no Congresso Nacional impondo retirada de direitos sociais e trabalhistas, pagamento da dívida pública em detrimento dos investimentos em políticas públicas, etc. foram alguns aspectos verificados, cujos resultados pode-se confirmar na superexploração do trabalho e aumento da penúria dos mais pauperizados.

Antes da pandemia, no primeiro trimestre de 2019, a taxa de desemprego no Brasil era de 11,6%, totalizando 12,3 milhões de pessoas. No início de 2021, segundo ano da pandemia, o desemprego atingiu 14,7%, ou seja, 14,805 milhões de pessoas desempregadas. Quer dizer, 1,956 milhão de pessoas caíram no desemprego, sendo que a grande maioria, 880 mil, ficaram desempregadas no primeiro trimestre deste ano de 2021.

Infelizmente, a situação é muito mais grave. Soma-se aos 14,805 milhões de desempregados, 7 milhões de subocupados e 11,4 milhões aptos a trabalhar e que não trabalham, destacando entre estes últimos os que desistiram de procurar emprego (desalentados) que são 6 milhões. Totalizando, são 33,2 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho.

As consequências dessa realidade dramática do desemprego são inúmeras, como aumento da violência, da fome, da miséria, etc. Dados oficiais mostram que pela primeira vez na história do Brasil 50% da população brasileira estão em situação de insegurança alimentar, ou seja, 116,8 milhões de pessoas passam fome. Desses, 20 milhões subsistem da solidariedade e dos auxílios governamentais.

Em que pese todos esses dados, o discurso corrente é que o coronavírus não distingue cor, credo, idade ou classe social. Afinal, viu-se morrer de COVID-19 o banqueiro Joseph Safra e Antônio Vieira Monteiro, presidente do Conselho do banco Santander de Portugal, por exemplo, além de muitas figuras públicas do mundo

artístico. Aqui é preciso ir além da aparência fenomênica e atingir a essência dessa realidade, que nos revela que devido à herança colonial escravista é sobre os ombros da população negra e pobre que o impacto é exponencialmente maior e escancara os abismos sociais existentes. Como reconhece a própria Revista Forbes:

> Dezesseis grandes bilionários do mundo morreram em um ano marcado pelas perdas causadas por conta da pandemia de covid-19, mas nenhum deles foi acometido pela doença. Na verdade, o número de donos de fortunas de mais de 10 dígitos que faleceram em 2020 é menor em comparação a 2019, com 23 mortes. Para os mais ricos do mundo, a pandemia não foi, surpreendentemente, a grande devastação que significou para o resto da sociedade. Na verdade, o bilionário mais conhecido que contraiu a doença foi o presidente norte-americano Donald Trump, que ainda está entre nós. (RELEMBRE A TRAJETÓRIA..., 2020).

Como podemos ver, a pandemia alcançou a todos, porém atingiu de forma diferenciada segundo a classe social. Enquanto a classe trabalhadora sofreu com maior intensidade aprofundamento das expressões da questão social, a classe dominante acumulou muito mais riquezas. Segundo a ONG Oxfam, desde o início das medidas de distanciamento social adotadas para evitar a proliferação do vírus da covid-19, oito novos bilionários surgiram um a cada duas semanas.

> O patrimônio dos bilionários brasileiros aumentou US$ 34 bilhões (cerca de R$ 177 bilhões) durante a pandemia de coronavírus... o patrimônio dos 42 bilionários do Brasil passou de US$ 123,1 bilhões (cerca de R$ 629 bilhões) para US$ 157,1 bilhões (cerca de R$ 839,4 bilhões). Os dados compilados pela Oxfam foram extraídos da lista dos mais ricos da Forbes. (G1, Economia, 2020).

No Brasil, os primeiros casos registrados de COVID-19 no final de fevereiro de 2020, foram de 3 homens brancos que retornaram da Europa e aqui foram diagnosticados. Por outro lado, como um episódio simbólico dessa desigualdade, a primeira vítima fatal da pandemia foi uma empregada doméstica de 62 anos, negra, que se contaminou após o retorno de sua patroa de uma viagem internacional. Importante destacar que no Brasil, as trabalhadoras/trabalhadores domésticos constituem a maior categoria profissional e é composta, em sua maioria, por mulheres negras.

Não podemos negar que os mais afetados por essa tragédia social são pessoas negras e pobres, vítimas desse sistema, que utiliza o racismo como instrumento para

exploração. Como destaca Almeida (2019, p.105), o racismo naturaliza a exploração da população negra:

> Poder-se-ia dizer que o racismo normaliza a superexploração do trabalho, que consiste no pagamento de remuneração abaixo do valor necessário para a reposição da força de trabalho e maior exploração física do trabalhador, o que pode ser exemplificado com o trabalhador ou trabalhadora que não consegue com o salário sustentar a própria família ou o faz com muita dificuldade, e isso independentemente do número de horas que trabalhe. (ALMEIDA, 2019, p.105)

A pandemia do coronavírus não diminuiu e muito menos extinguiu as expressões da questão social da nossa realidade, ao contrário, o que temos verificado é a sua agudização que vem atingindo com maior intensidade as populações mais pauperizadas. Como afirma Netto (2001, p.45), "a questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo", sendo assim produzida pelo próprio sistema que o utiliza para a exploração da classe trabalhadora. A questão social existirá enquanto houver capitalismo independentemente da existência de pandemia. Se a pandemia do coronavírus atenuou a desigualdade social, podemos também ter a mesma conclusão acerca da questão racial, já que o mesmo que produz as desigualdades sociais produz também as desigualdades raciais, como afirma Estrela (2018) “as condições capitalistas de reprodução da desigualdade social estão na base dos mecanismos de reprodução da desigualdade racial”.

De acordo com as pesquisas realizadas pelos institutos em termos de segmentação populacional, todos os grupos demográficos foram atingidos pela crise e pela pandemia, contudo, algumas diferenças podem ser acentuadas, especialmente quando se foca no aspecto racial, componente estrutural do mercado de trabalho brasileiro. Nesse sentido, esses números são muito mais elevados considerando a população preta e parda de homens e mulheres no Brasil.

A população negra em junho de 2020 representava 54,9% da força de trabalho, onde 52,5% são os ocupados e 60,3% é a taxa dos desocupados. Segundo o artigo (Desempr..., UOL, 2021), a analista da Coordenação de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Adriana Beringuy diz que: “Os que contribuíram para o aumento na desocupação foram mulheres, foram pretos e pardos, e, em termo regionais, foram Norte e Nordeste do País”.

"Quando a crise aperta, quem é preta e pobre sofre primeiro". Essa campanha realizada pelo Conjunto CFESS/CRESS em 2018, portanto antes da pandemia, já revelava a crueza e a perversidade com esses setores. E numa crise social e sanitária que estamos enfrentando, mais uma vez são as mulheres, negros e pobres são os primeiros a serem demitidos, a terem os seus salários reduzidos. Com vínculos trabalhistas na sua maioria precários, durante essa pandemia vivenciam situações degradantes: não puderam realizar a quarentena, nem manter o distanciamento social devido à necessidade de trabalhar e de buscar a sobrevivência, submetendo-se ao transporte público lotado, muito mais exposto ao vírus; "curiosamente" o trabalho doméstico foi considerado essencial durante a pandemia.

Como afirma a Pesquisa do IPEA aqui trabalhada a partir dos autores (Silva e Silva, 2020, p.12) em relação à população negra e trabalho em tempos de pandemia:

> Não raro esses segmentos, além de vivenciarem as consequências de vínculos precários, também reúnem menos recursos materiais para se protegerem da covid-19, dadas as condições de habitação ou uso intensivo de transporte público. Caso sejam acometidos pela doença, também tendem a vivenciar maior dificuldade de tratamento, dadas as restrições econômicas para o acesso à saúde (medicamentos e cuidados). (SILVA; SILVA, 2020, p.12).

Os determinantes sociais foram decisivos para a maior exposição ao vírus da COVID-19, pois as realidades econômicas, sociais e culturais tiveram profundos impactos na prevenção do novo coronavírus. Sabemos que quem está mais exposto na pandemia são as pessoas que moram nas periferias das cidades, onde políticas públicas são menos viabilizadas pelos órgãos públicos, gerando uma segregação espacial. O abastecimento de água, por exemplo, fundamental para a subsistência humana e necessário para higienização das mãos, método utilizado para enfrentamento da covid-19, não é disponibilizado para parte dessas comunidades, assim como todos os serviços que compõem o saneamento ambiental. Essa segregação nos mostra o abandono do Estado com esse espaço, criando uma série de dificuldades que resultarão em condições que não viabilizam a saúde, muito embora na Constituição Federal de 1988 a Saúde seja considerada direito de todos e dever do Estado e parte constituinte do tripé da Seguridade Social, juntamente com a Assistência e a Previdência. Na seção II, da Saúde:

> Art. 196, a Constituição Federal de 1988 reconhece a saúde como direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (Constituição Federal, 1988).

Indicadores sociais de Moradia no contexto antes da pandemia de covid-19 e divulgados pelo IBGE em 2019 mostraram que: pessoas pretas e pardas que moram em residência em que sua principal fonte de abastecimento de água não eram a rede geral e nem contavam com canalização interna era de 4,8% enquanto o índice de pessoas brancas indicava 1,6%.

Um outro fato relevante para a discussão está relacionado à testagem para o diagnóstico da COVID-19, que é fundamental para o combate à proliferação do vírus. No Brasil há uma dependência de importações de vários materiais e insumos que não são produzidos no território, mas que são necessários para realização do instrumento que efetua a testagem. É o que afirma Magno et al. (2020, p.3358):

> A transmissão do coronavírus pode ocorrer por gotículas de saliva, espirro, tosse ou catarro, que podem ser repassados por toque ou aperto de mão, objetos ou superfícies contaminadas pelo infectado e o diagnóstico precoce de novos casos de COVID-19 através de testagem é crucial para interromper a disseminação do vírus por meio de estratégias de isolamento social e quarentena. (MAGNO et al, 2020, p. 3358)

Portanto, a testagem é essencial para o diagnóstico precoce, que a partir de sua efetivação e da detecção do vírus será possível não somente a indicação para o infectado de adoção das medidas recomendadas pela OMS (Organização Mundial de Saúde) como o regime de quarentena de 14 dias, como também a identificação dos locais com maior intensidade de transmissão do vírus. Contudo, podemos evidenciar que há uma negligência sofrida com a população negra concernente à disponibilização da testagem para o diagnóstico da COVID-19.

No Brasil, não temos esses dados computados mais precisamente, porém, observando os dados de experiência das demais regiões do mundo, percebemos que cidades onde há uma maior quantidade de negros, a testagem é menor que em comparação com as cidades com menor quantidade de negros, segundo estudos realizados nos EUA:

> Um estudo realizado por pesquisadores da Syracuse University (Monna e, Cheng; 2020) demonstra que, até 01 de abril, os estados com maior porcentagem de negros (não hispânicos) também tinham as menores taxas de testados para Covid-19 por 100 mil habitantes. A taxa média de testes em estados com baixa concentração de afro-estadunidenses (25% de negros) é de 403,5 por 100.000 habitantes, e a taxa média de testes entre os estados onde a população afro-estadunidense representa 75% ou mais é de apenas 206,4 por 100.000 habitantes. (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020, p.3)

E isso nos indica que a população negra tem mais chances de ser infectada, ocasionado pela rapidez da disseminação do vírus que não é identificado e por consequência proliferado, podendo atingir familiares e toda a comunidade. Sem o diagnóstico precoce, medidas que seriam necessárias para o seu enfrentamento acabam não sendo adotadas, fazendo com que a contaminação se intensifique, trazendo sintomas mais graves que podem levar até a morte do infectado.

É revelado essa falta de testagem na população brasileira que mora em bairros periféricos, através dos dados coletados pelo Painel de Monitoramento da COVID-19 realizado no Complexo do Alemão no Rio de Janeiro, que tinha 1.187 casos registrados em 28 de abril de 2020, porém somente 15 casos foram diagnosticados (GOES; RAMOS; FERREIRA, 2020).

Devido a essa realidade brasileira, enfrentar essa pandemia não é uma tarefa fácil. De acordo com o artigo eletrônico em site da Abrasco, a coordenadora do GT Racismo e Saúde da Abrasco e docente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) Edna Araújo afirma que:

> No Brasil, o enfrentamento à pandemia da Covid-19 tem desvelado não somente a insuficiência do nosso sistema de saúde, aliás condição comum a muitos sistemas de saúde do mundo frente a uma pandemia, mas também a desigualdade social oriunda da alta concentração de renda e do racismo nas suas mais variadas formas, que fazem com que o nascer, viver, adoecer e morrer da população negra sejam mediados por condições de miserabilidade, de privação de direitos, de moradia e de emprego formal. (POPULAÇ..., ABRASCO, 2020).

Reconhecemos o avanço do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil como dos mais avançados do mundo. Os EUA, por exemplo, não possuem um sistema público de saúde, o que coloca os mais pobres em situação de desproteção. Porém, o sistema no Brasil sofreu fortes ataques nos anos 1990, com a

implementação do neoliberalismo, com sucessivos cortes e reformas que retrocederam muito os direitos à seguridade social no país. Isso colocou o sistema de proteção social em situação de extrema fragilização para enfrentar uma pandemia como esta do novo coronavírus que estamos vivendo. O sistema está insuficiente para atender a uma demanda tão elevada. No entanto, destaca-se que apesar dessa fragilização, este tem salvo muitas vidas.

Nos estados do Norte e Nordeste do Brasil, com sistemas de saúde ainda mais frágeis que no centro sul, a situação é dramática. Basta observar dados dos estados como Amazonas, em especial a sua capital Manaus que viveu a absurda falta de oxigênio, do estado, tendo 13.679 óbitos para 3,874 milhões de habitantes; no Pará, sua capital Belém com 1.499.641 milhão de habitantes teve 5,096 milhões de óbitos, e no estado do Ceará. Este último com 9 milhões de habitantes atingiu a marca de 24.015 mortos por COVID-19, em 30/08/2021, número superior ao da China que, com 1,4 bilhão de habitantes, e que teve 4.636 óbitos. (JHU CSSE COVID-19 Data)

3 CONCLUSÃO

Não é dos tempos atuais que a população negra enfrenta dificuldades nos âmbitos econômicos, sociais e culturais, apesar de ser parte considerável da sociedade brasileira, é notório a negligência dos direitos no cotidiano da população negra e as desigualdades entre brancos e negros e sua acentuação de forma contundente durante a pandemia da COVID 19.

A negação de direitos vivenciados cotidianamente pela grande maioria dos negros e negras no país é resultado de uma herança deixada por uma lógica de um mercado cruel que resulta em um racismo estrutural, elemento essencial para entendemos melhor acerca da situação de vulnerabilidade da população negra. Em 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, um documento legal que acabou com a escravidão, contudo o que percebemos é que o interesse em tornar o escravo em um cidadão livre é consequência do surgimento de um sistema que estava se expandindo e que necessitava de mão de obra livre. Após a abolição, a população que foi escravizada ficou às margens da sociedade, sem nenhum amparo estatal, tendo que disputar emprego com pessoas vindas de outras regiões do mundo. No decorrer do

tempo vemos que essa realidade não muda, a população negra continua sendo lançada a sua própria sorte tendo que sobreviver em sociedade que não garante as condições para sua reprodução e com a chegada da pandemia do COVID-19 a população negra teve um novo desafio, sobreviver com esse sistema explorador e sobreviver ao vírus da covid-19.

Com esses determinantes, percebemos a vulnerabilidade de pessoas negras na conjuntura da pandemia do novo coronavírus, vulnerabilidade que é resultado de um sistema que é produtor de desigualdades sociais, que tiveram um papel significativo para a exposição da população negra ao vírus da COVID-19. A negação dos direitos em bairros que majoritariamente moram pessoas negras, direito como o abastecimento de água fundamental para o combate ao vírus da COVID 19, nos mostrou a negligência do Estado com essa população, resultado de anos de uma política que busca constantemente cortar direitos essenciais para a reprodução humana, individualizando a responsabilidade que deveria ser assumida pelo Estado.

REFERÊNCIA

ACCARINI, Andre. **Racismo estrutural segrega os gregos no mercado de trabalho.** CUT- Central Única dos Trabalhadores, São Paulo, nov. 2020. Disponível em: https://www.cut.org.br/noticias/racismo-estrutural-segrega-negros-no-mercado-de-trabalho-548e. Acesso em: 15 ago. 2020.

ALMEIDA, Silvio L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CLÍNICA DA FAMÍLIA ZILDA ARNS (Rio de Janeiro). **Painel de monitoramento Covid-19.** Disponível em: https://datastudio.google.com/u/0/reporting/dd7abf2f-420c-4d9b-89c2-f4eda31c58ef/page/NcvMB. Acesso em: 4 ago. 2021

COSTA, Gilmaísa. **Serviço Social em debate:** ser social, trabalho e ideologia. Maceió: EDUFAL, 2011.

FERNANDES, Marcella. **Como a pandemia aprofundou a desigualdade racial no Brasil na saúde e na economia.** [Artigo on-line] CEERT – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades. [*S. l.*], nov. 2020. Disponível em: https://ceert.org.br/noticias/saude/43594/como-a-pandemia-aprofundou-a-desigualdade-racial-no-brasil-na-saude-e-na-economia. Acesso em: 16 ago. 2021.

GOES, Emanuelle Freitas; RAMOS, Dandara de Oliveira; FERREIRA, Andrea Jacqueline Fortes. **Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da covid-19.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278. 7p. Acesso em: 18 ago. 2021. ISSN 1981-7746.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem.** Trad. Waltensir Dutra. 22. ed. rev. ampl. [S. l.]: Grupo Editorial Nacional, 2010.

IBGE. **Pior momento do mercado de trabalho em mais de 1 ano de pandemia**. Revista eletrônica Isto É, [S. l.], mai. 2021. Disponível em: https://istoe.com.br/ibge-ve-pior-momento-do-mercado-de-trabalho-em-mais-de-1-ano-de-pandemia/. Acesso em: 15 ago. 2021.

IBGE. **Indicadores Sociais de Moradia no Contexto da Pré-Pandemia de Covid-19, .No pré-pandemia, quase 38% da população tinha alguma dificuldade de acesso à água .** 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30986-no-pre-pandemia-quase-38-da-populacao-tinha-alguma-dificuldade-de-acesso-a-agua . Acesso em: 4 ago. 2021.

MACHADO, Lívia. **128 anos da abolição da escravidão no Brasil.** Jornal eletrônico Estado de Minas, [S. l.], mai. 2016. Disponível em : https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/educacao/enem/2016/05/13/noticia-especial-enem,762306/128-anos-da-abolicao-da-escravidao-no-brasil.shtml. Acesso em: 15 ago. 2021.

MAGNO, Laio et al. **Desafios e propostas para ampliação da testagem e diagnóstico para COVID-19 no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, n. 9, p. 3355-3364, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.17812020. Acesso em: 16 ago. 2021. ISSN 1678-4561.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da "questão social**". Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, Brasília, Ano. 2, n. 3, p.41-50, jan./jun., 2001.

PATRIMÔNIO dos super-ricos brasileiros cresce US$ 34 bilhões durante a pandemia, diz Oxfam. G1, [S. l.], jul. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANTOS, Rosenverck Estrela. **O marxismo e a questão racial no Brasil:** reflexões introdutórias. Marxism and the racial question in Brazil: introductory reflections. Lutas Sociais, São Paulo, v.19, n.34, p.100-113, jan./jun., 2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/25760. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANTOS, Rosenverck Estrela**. A pobreza e as desigualdades étnico-raciais no**

Brasil: a questão racial como elemento de expressão da questão social no pós-abolição. Universidade e Sociedade. Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, ano 28, n. 62, p. 16-28, jun. 2018. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/18b3aa287d9e7604490aa283ce28f0bd_1548265007.pdf. Acesso em: 15 ago. 2021.

SANTOS, Rosenverck Estrela. **O que é ser Anterracista?.** 2020. Disponível em: https://www.pstu.org.br/o-que-e-ser-antirracista/ . Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Sandra Pereira. **Nota técnica**: trabalho, população negra e pandemia: notas sobre os primeiros resultados da pnad covid-19. n.49. Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia – DIEST, IPEA, 2020. 14p. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=37037&Itemid=6. Acesso em: 17 ago. 2021.